ATA DE CORREIÇÃO

SEI! n° 0037651-63.2018.8.16.6000

Comarca: SANTA MARIANA

Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública.

Data: 6 de Junho de 2018

EQUIPE CORRECIONAL

Desembargador Corregedor da Justiça

- DES. MÁRIO HELTON JORGE

Juiz auxiliar:

- Dr. Marcos Vinicius Christo

Assessor Correcional:

- Wellington Ricardo dos Santos Ribeiro

Juiz titular:

- Dr. Juliano Batista dos Santos

Data da assunção: 12.6.2015

Juíza anterior:

- Dra. Heloísa Helena Avi Ramos

Data de saída: 30.4.2015

Juiz substituto:

- Dr. Amin Abil Russ Neto

Data de assunção: 25.5.2017

Chefe de Secretaria:

- Eduardo Suter Correia Avelar da Silva

Data de assunção: 29.6.2012

Endereço Fórum: Rua Des. Antônio Franco Ferreira da Costa, 61,

Centro, Santa Mariana/PR - CEP: 86350-000

1. QUESTÕES ESTF	RUTURAIS
1.1. FUNCIONA	ÁRIOS
Escrivão/Secretário/Diretor:	
Nome: Eduardo Suter Correia Avelar da	Silva
Data da assunção: 29/06/2012	Matrícula: 51.343
Analista(s) Judiciário(s):	
Nome: Eduardo Suter Correia Avelar da	Silva
Data da assunção: 29/06/2012	Matrícula: 51.343
Técnico(s) de Secretaria:	
Nome: Hugo Felisbino	
Data da assunção: 17/10/2007	Matrícula: 13.308



Poder Judiciário do Estado do Paraná

Técnico(s) Judiciário(s):	
Nome: Álvaro Spadim Gonçalves	
Data da assunção: 21/03/2014	Matrícula: 52.262
Nome: Henrique Suter Correia Avelar da	a Silva
Data da assunção: 01/07/2014	Matrícula: 52.613
Nome: Pâmella Carla Rampazo Moreira	
Data da assunção: 02/07/2014	Matrícula: 52.367
Auxiliar Judiciário	
Nome: Simone Alves Domingos	
Data da assunção: 20.03.2014	Matrícula: 10.164
Estagiário(s):	
Nome: Ana Caroline Bitencourt	
Data da assunção: 06/03/2018	Matrícula: 262690
Nome: Mayara Souza Garcia de Marco	
Data da assunção: 01/11/2017	Matrícula: 261555
Nome: Roberto de Castro Junior	
	Matrícula: 258645
Nome: Paula Tyemi Tiwata	
3	Matrícula: 253969
Técnico(s) Judiciário(s) - Serviços Ex	kternos (cumprimento de
mandados)	
Nome: André Luiz Francisco Moreira	
3	Matrícula: 52.259
Assistente do Juiz - Gabinete:	
Nome: Dayane Struyce Jumes	
3	Matrícula: 15.710
Assistente do Juiz - Gabinete:	
Nome: João Luiz Teodoro	
3	Matrícula: 19.242
Estagiário(a) de Graduação do Gabinete	
Nome: Murilo Henrique Oliveira Lacerda	
Data da assunção: 19/01/2018	Matrícula: 259764

2. JUIZADOS ESPECIAIS

2.1. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

2.1.1. Sistema PROJUDI

ATIVOS	ARQUIVADOS	INSTÂNCIA SUPERIOR	SUSPENSOS	EM REMESSA (EXCETO
				PROCESOS CONCLUSOS)
457	3.299	153	105	2

- 2.1.2. Não há processos paralisados por mais de trinta dias.
- 2.1.3. Há 1 (um) processo aguardando cumprimento de decisão acima de cinco dias (art. 228 CPC) que deverá ser regularizado. Cita-se:



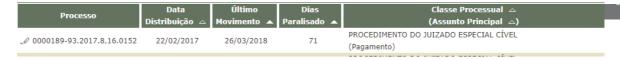
Cartas Eletrônicas - Recebidas

Mandado

Total

Corregedoria-Geral da Justiça

Poder Judiciário do Estado do Paraná



2.1.4. Para "análise de juntada", pendentes de análise: $\underline{\text{SITUA}}$ REGULAR.

Início Citações e Intimações	Audiências Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes					
Com Urgência	Para Realizar					
Juntadas: 0	Juntadas: <u>0</u>					
Retorno de Conclusão: 0	Retorno de Conclusão: 0					
	Mandados aguardando análise de retorno: <u>O</u>					
	Cartas Eletrônicas aguardando análise de retorno: $\underline{0}$					
	Diligências aguardando retorno: $\underline{0}$					

- Não há juntadas pendentes de análise.

2.1.5. Processos remetidos: SITUAÇÃO REGULAR.

- 24 (vinte e quatro) ao Distribuidor, o mais antigo com data de 4.6.2018;

2.1.6. Análise das Suspeitas de Prevenção: SITUAÇÃO IRREGULAR.

- Verificaram-se 549 (quinhentos e quarenta e nove) processos com Análise de Suspeitas de Prevenção pendentes de análise, a mais antiga data de 22.7.2013. **REGULARIZAR e atentar-se doravante**.

2.1.7. Citações e Intimações - Outros Cumprimentos: $\underline{\text{SITUAÇÃO}}$ REGULAR.



15

0

19



DETERMINAÇÃO: Deverá a Secretaria revisar todos os atos que pendem de conferência e expedição. Deverá ainda, analisar todos os decursos de prazo.

2.1.8. Cartas Eletrônicas: SITUAÇÃO IRREGULAR.

a. ENVIADAS: Constam 4 (quatro) Cartas Eletrônicas com prazo vencido no PROJUDI. Regularizar. Citam-se:

otal de registros nesta página: 4						Pg. 1
Dt. Cadastro △	Tipo	Processo Originário	Carta Eletrônica	Origem	Destino	Status 2
~Ø 10/07/2017	Carta Precatória	√ 0000189-93.2017.8.16.0152	√ 0001519-49.2017.8.16.0145	Juizado Especial Cível de Santa Mariana - Santa Mariana	Juizado Especial Cível de Ribeirão do Pinhal - Ribeirão do Pinhal	Recebida pelo Deprecad
<i>№</i> 08/02/2018	Carta Precatória	√ 0001078-47.2017.8.16.0152	√ 0000744-16.2018.8.16.0075	Juizado Especial Cível de Santa Mariana - Santa Mariana	Juizado Especial Cível de Cornélio Procópio - Cornélio Procópio	Recebida pelo Deprecad
<i>"</i> Ø 08/02/2018	Carta Precatória	√ 0001078-47.2017.8.16.0152	√ 0000745-98.2018.8.16.0075	Juizado Especial Cível de Santa Mariana - Santa Mariana	Juizado Especial Cível de Cornélio Procópio - Cornélio Procópio	Recebida pelo Deprecad
√ 08/02/2018	Carta Precatória	√ 0001078-47.2017.8.16.0152	√ 0007846-78.2018.8.16.0014	Juizado Especial Cível de Santa Mariana - Santa Mariana	6º Juizado Especial Cível de Londrina - Londrina	Recebida pelo Deprecad

b. RECEBIDAS: Constam 15 (quinze) Cartas Eletrônicas com prazo
vencido no PROJUDI. Regularizar. Citam-se como exemplos:

Dt. Cadastro △	Tipo	Processo Originário	Carta Eletrônica	Origem	Destino	Status 🛆
<i>"</i> Ø 31/05/2017	Carta Precatória	√ 0003029-55.2013.8.16.0075	√ 0000765-86.2017.8.16.0152	Juizado Especial Cível de Cornélio Procópio - Cornélio Procópio	Juizado Especial Cível de Santa Mariana - Santa Mariana	Recebida pelo Deprecado
<i>"</i> Ø 27/06/2017	Carta Precatória	√ 0002500-43.2015.8.16.0050	√ 0000853-27.2017.8.16.0152	Juizado Especial Cível de Bandeirantes - Bandeirantes	Juizado Especial Cível de Santa Mariana - Santa Mariana	Recebida pelo Deprecado
ï 24/07/2017	Carta Precatória	√ 0001478-28.2007.8.16.0050	√ 0000981-47.2017.8.16.0152	Juizado Especial Cível de Bandeirantes - Bandeirantes	Juizado Especial Cível de Santa Mariana - Santa Mariana	Recebida pelo Deprecado
√ 02/08/2017	Carta Precatória	√ 0001619-20.2017.8.16.0075	√ 0001020-44.2017.8.16.0152	Juizado Especial Cível de Cornélio Procópio - Cornélio Procópio	Juizado Especial Cível de Santa Mariana - Santa Mariana	Recebida pelo Deprecado

2.1.9. Mandados: SITUAÇÃO IRREGULAR.

- Aguardando Análise de Decurso de Prazo: 0 (zero);
- Expedido e não lido (aguardando retorno): 74 (setenta e quatro), o mais antigo com data de visualização 3.5.2017. **Regularizar. Citam-se como exemplos:**



Poder Judiciário do Estado do Paraná

Ø	Ordenação △ I	Expedição △	Distribuição 🛆	Visualização Audiência (Oficial) ▲ em Aberto	Processo	Classe 🛆
1	√ 05/04/201 14:51	1 0 5/04/2017 15:05	05/04/2017 15:05	03/05/2017 17:54	√ 0000504-58.2016.8.16.0152 (Seq. 0001)	Cumprimento de sentença
•	√ 20/06/201 16:03	1 2 0/06/2017 16:26	20/06/2017 16:26	28/08/2017 16:54	√ 0000883-96.2016.8.16.0152 (Seq. 0001)	Cumprimento de sentença
•	√2 30/06/201 12:29	1 2 0/06/2017 12:31	30/06/2017 12:31	28/08/2017 16:54	"Ø 0001156-75.2016.8.16.0152 (Seq. 0002)	Reclamação Pré- processual
<u>.</u>	√ 03/07/201 14:55	1 0 3/07/2017 14:57	03/07/2017 14:57	28/08/2017 16:55	√ 0000853-27.2017.8.16.0152 (Seq. 0001)	Carta Precatória Cível

2.1.10. Livros de Depósitos Judiciais no PROJUDI: SITUAÇÃO REGULAR.

A Secretaria cadastra os depósitos judiciais junto ao Projudi.

Processos analisados por amostragem: 0001287-26.2011.8.16.0152, 0001963-32.2015.8.16.0152 e 0000950-95.2015.8.16.0152.

DETERMINAÇÃO: A Secretaria deverá exigir dos Bancos a relação completa e pormenorizada de todos os depósitos judiciais. Tal medida visa apurar a existência de importâncias depositadas por tempo excessivo e não levantadas, bem como resíduos de levantamentos já feitos. Para estes casos, determinar a imediata intimação dos titulares das respectivas contas judiciais, para efetuarem o levantamento de tais valores, expedindo-se o competente alvará judicial.

2.1.11. Conclusões: SITUAÇÃO IRREGULAR.

- Verificaram-se 12 (doze) expedientes conclusos ao Juiz Leigo, o mais antigo com data de 2.4.2018. **Regularizar. Citam-se como exemplos:**

12 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 12							
Dt. Remessa ▲	Processo △/ Classe △	Seq.	Tipo de conclusão 🛆	Privativa 🛆	Responsável △ F	ré-análise	
<i>№</i> 02/04/2018 15:11	0000099-51.2018.8.16.0152 PJEC	3843	DECISÃO	Sim	CAIQUE PANTANO TOMAZ		
√ 02/05/2018 13:22	0000881-58.2018.8.16.0152 PJEC	3891	DECISÃO	Sim	CAIQUE PANTANO TOMAZ		
√ 02/05/2018 13:23	0001430-05.2017.8.16.0152 PJEC	3756	DECISÃO	Sim	CAIQUE PANTANO TOMAZ		
√0 03/05/2018 16:26	0000663-30.2018.8.16.0152 PJEC	3880	DECISÃO	Sim	CAIQUE PANTANO TOMAZ		



Poder Judiciário do Estado do Paraná

DETERMINAÇÃO: Constatado excesso de prazo na devolução dos prodessos pelo Juiz Leigo (acima de 10 - dez - dias, nos termos do item 17.2.5.3 do CN), observar o disposto na Resolução 04/2013 - CJES (art. 55 (...): "3° Em caso de descumprimento de prazo, o Secretário ou o servidor designado lavrará certidão informando o número dos autos e a data da remessa, intimando o juiz leigo para devolução do processo ou apresentação de justificativa para o excesso de prazo, em 10 (dez) dias.

§4º Não havendo manifestação ou justificativa no prazo assinalado, ou, ainda, não ocorrendo a devolução dos autos com o respectivo parecer, será suspensa a distribuição de processos para o juiz leigo, sem prejuízo da aplicação da hipótese prevista no artigo 9º, II desta Resolução."). Deve, ainda, dar especial atenção à cobrança de processos que gozam de tramitação prioritária. Atente-se também que há no sistema PROJUDI a possibilidade de "avocar" processos em carga com o Juiz Leigo de forma automática.

2.1.12. Suspensões de Processos: SITUAÇÃO IRREGULAR.

Constatou-se que os processos suspensos analisados por amostragem não apresentam a correlata determinação judicial.

Processos analisados: 0001492-84.2013.8.16.0152.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE SANTA MARIANA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SANTA MARIANA - PROJUDI

Rua Des. Antonio Franco Ferreira da Costa, 61 - Santa Mariana/PR - CEP: 86.350-000 - Fone: (43) 3531-1141

CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento à Ordem de Serviço n.º 001/2014, que suspendeu o trâmite das ações envolvendo o sistema "scoring", a partir desta data os presentes autos aguardarão em cartório pelo julgamento do Resp n.º 1.419.697 – RS.

Hugo Felisbino Analista Judiciário

DETERMINAÇÃO: Revisar e regularizar todos os expedientes suspensos.

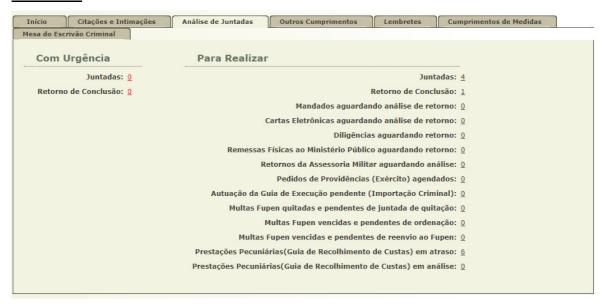
2.2. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

2.2.1. Sistema PROJUDI

ATIVOS	ARQUIVADOS	INSTÂNCIA SUPERIOR	SUSPENSOS	EM REMESSA (EXCETO
				PROCESOS CONCLUSOS)
71	461	0	7	5



- 2.2.2. Não há processos paralisados por mais de trinta dias.
- 2.2.3. Não há processo aguardando cumprimento de decisão acima de cinco dias (art. 228 CPC).
- 2.2.4. Para "análise de juntada", pendentes de análise: <u>SITUAÇÃO</u> REGULAR.



- Juntadas: 4 (quatro), a mais antiga com data de 4.6.2018;
- Retorno de Conclusão: 1 (um), com data de 14.5.2018;
- Prestações Pecuniárias (guia de recolhimentos de custas) em atraso: 6 (seis);

2.2.5. Processos remetidos: SITUAÇÃO IRREGULAR.

- 6 (seis) ao Distribuidor, o mais antigo com data de 4.6.2018;
- 5 (cinco) à Delegacia, o mais antigo com data de 17.7.2017.

Providenciar imediatamente a cobrança dos expedientes com prazo excedido.

- 3 (três) ao Ministério Público, o mais antigo com data de 4.6.2018;

2.2.6. Análise das Suspeitas de Prevenção: SITUAÇÃO IRREGULAR.

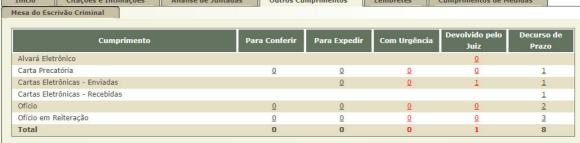
- Verificaram-se 70 (setenta) processos com Análise de Suspeitas de Prevenção pendentes de análise, a mais antiga data de 17.5.2012. **REGULARIZAR e atentar-se doravante**.



Poder Judiciário do Estado do Paraná

2.2.7. Outros cumprimentos - Citações e Intimações: SITUAÇÃO REGULAR





DETERMINAÇÃO: Atentar-se aos prazos das movimentações dos atos que pendem de expedição, conferência e decursos de prazo.

2.2.8. Cartas Eletrônicas: SITUAÇÃO IRREGULAR.

a. ENVIADAS: Consta 1 (uma) Carta Eletrônica com prazo vencido no PROJUDI. Regularizar. Cita-se:

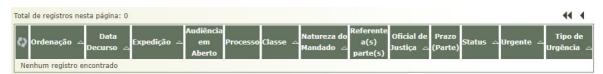


b. RECEBIDAS: Consta 1 (uma) Carta Eletrônica com prazo vencido no PROJUDI. Regularizar. Cita-se:



2.2.9. Mandados: SITUAÇÃO IRREGULAR.

- Aguardando Análise de Decurso de Prazo: 0 (zero);





Poder Judiciário do Estado do Paraná

- Expedido e não lido (aguardando retorno):24 (vinte e quatro), o mais antigo com data de visualização 10.7.2017. **Regularizar. Citam-se como exemplos:**



2.2.10. Livros de Depósitos Judiciais no PROJUDI: $\underline{\text{SITUAÇÃO}}$ IRREGULAR.

A Secretaria não cadastra os depósitos judiciais junto ao Projudi, tendo em vista que no período correcional apenas 2 (dois) depósitos foram registrados. **Regularizar**.



DETERMINAÇÃO: A Secretaria deverá exigir dos Bancos a relação completa e pormenorizada de todos os depósitos judiciais. Tal medida visa apurar a existência de importâncias depositadas por tempo excessivo e não levantadas, bem como resíduos de levantamentos já feitos. Para estes casos, determinar a imediata intimação dos titulares das respectivas contas judiciais, para efetuarem o levantamento de tais valores, expedindo-se o competente alvará judicial.



2.2.11. Suspensões de Processos: SITUAÇÃO REGULAR.

Constatou-se que os processos suspensos analisados por amostragem apresentam a correlata determinação judicial.

Suspensões analisadas nos processos nº 0001653-26.2015.8.16.0152 e 0000449-10.2016.8.16.0152.

2.2.12. Apreensões: SITUAÇÃO IRREGULAR

- 23 (vinte e três) apreensões ativas não encerradas, dentre as quais:
 - 9 (nove) "eletroeletrônicos diversos". Processo 0000670-56.2017.8.16.0152. Apreensão nº 40412/2017. Consta a data do cadastro do SNBA. Consta a descrição do objeto. Auto de apreensão foi vinculado. Localização interna "delegacia de polícia".

Regularizar;

Cadastro Estadual de Be	ns Apreen	didos (CEB	A)				
Processo: "Ø 0000	570-56.2017.8.1	6.0152					
Nº da Apreensão: 40412/2)17						
Data do registro: 12/05/20	17						
Data do cadastro no SNBA: 05/06/20	18						
Localização Interna: delegacia	de policia						
Local Atual: Origem/I	elegacia de Polí	cia/Delegacia de	Polícia				
Tipo da apreensão: Eletroele	trônicos diversos						
Apreendido com: • (Autor	do Fato) ALEXAI	NDRE LUIZ FERRI	EIRA				
Condições de Uso: Sim							
Descrição: Celular S	ansung, modelo	J2, na cor dourad	do				
Depositário: Delegacio	1						
Data de encerramento:							
Motivo do encerramento:							
Obs.: Para encerrar a apreensão, crie ur	na nova Movimer	ntação Física assi	nalando a opção "	Encerrar Apre	ensao".		
Documentos vinculados	à apreen	são					

• 1 (uma) "arma branca". Processo nº 0001367-77.2017.8.16.0152. Apreensão nº 99625/2017. <u>Não consta a data do cadastro do SNBA.</u> Consta a descrição do objeto. Localização interna "ARMÁRIO DE APREENSÕES". Auto de apreensão foi vinculado. **Regularizar e atentar-se doravante**.



Poder Judiciário do Estado do Paraná



DETERMINAÇÕES:

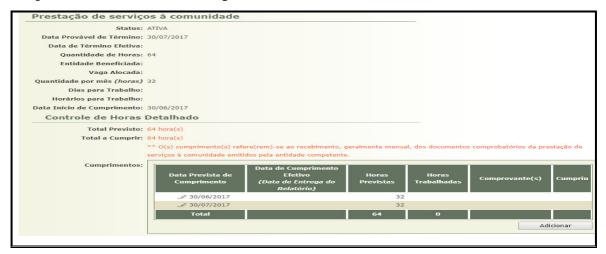
- Cuidar, em relação às apreensões, para que todos os dados sejam preenchidos (em caso de armas de fogo, p.ex.: data do cadastro no SNBA, tipo de cano, n° de canos, acabamento, identificação do depositário) evitando-se, assim, o retrabalho, por exemplo, na formação do pedido de providências para remessa de armas ao Ministério do Exército;
- Cobrar a imediata remessa de todas as apreensões que estão nas Delegacias de Polícia e Batalhão da Polícia Militar assim como os comprovantes dos depósitos bancários dos valores apreendidos. Proceder à vinculação dos documentos de apreensão, depósitos e laudos. Os bens têm que ter valor descrito (a exceção de armas e substâncias entorpecentes), os quais podem ser consultados no site da www.fipe.org.br. Ou dos demais objetos pelo site www.mercadolivre.com.br;
- Observar o disposto no Código de Normas em relação às apreensões, as quais devem permanecer no fórum, (exceto entorpecentes e explosivos);
- Revisar e cadastrar todas as apreensões junto ao Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA), bem como vincular os documentos necessários.



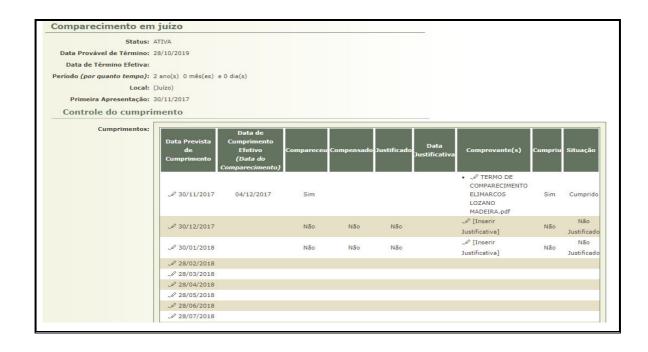
Poder Judiciário do Estado do Paraná

2.2.13. Benefícios/medidas/suspensões do processo: SITUAÇÃO IRREGULAR

• 23 (vinte e três) transações penais ativas. Processo analisado 0000672-26.2017.8.16.0152. Transação devidamente cadastrada na capa dos autos. Verificou-se ausência de informações atualizadas acerca do cumprimento da medida. **Regularizar**;



• 2 (duas) Suspensões Condicionais do Processo ativas. Suspensão analisada 0000449-10.2016.8.16.0152. Medidas devidamente cadastradas. Verificou-se ausências dos comprovantes de comparecimento mensal na capa dos autos de forma individualizada.





2.3. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

2.3.1. Sistema PROJUDI

ATIVOS	ARQUIVADOS	INSTÂNCIA SUPERIOR	SUSPENSOS	EM REMESSA (EXCETO
				PROCESOS CONCLUSOS)
144	135	2	6	0

- 2.3.2. Não há processo paralisado por mais de trinta dias.
- 2.3.3. Não há processo aguardando cumprimento de decisão acima de cinco dias (art. 228 CPC).
- 2.3.4. Para "análise de juntada", pendentes de análise: <u>SITUAÇÃO</u> REGULAR.

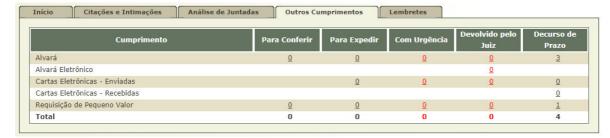


- Juntadas: 1 (uma), com data de 5.6.2018;
- Retorno de Conclusão: 1 (um), com data de 6.6.2018;
- 2.3.5. Processos remetidos: SITUAÇÃO REGULAR.
- 1 (um) ao Distribuidor, com data de 5.6.2018;
- 2.3.6. Análise das Suspeitas de Prevenção: SITUAÇÃO IRREGULAR.
- Verificaram-se 48 (quarenta e oito) processos com Análise de Suspeitas de Prevenção pendentes de análise, a mais antiga data de 28.5.2014. **REGULARIZAR e atentar-se doravante**.
- 2.3.7. Outros cumprimentos Citações e Intimações: $\underline{\text{SITUAÇÃO}}$ REGULAR.



Poder Judiciário do Estado do Paraná

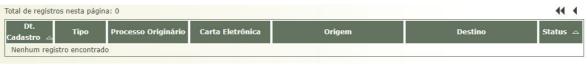




DETERMINAÇÃO: Revisar e regularizar todos os atos que pendem de expedição, conferência e decursos de prazo.

2.3.8. Cartas Eletrônicas: SITUAÇÃO REGULAR.

a. ENVIADAS: 0 (zero);



b. RECEBIDAS: 0 (zero);

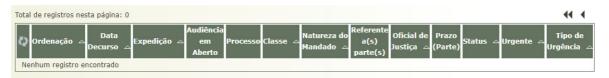
Total de registros nesta página: 0						
Dt. Cadastro △	Tipo	Processo Originário	Carta Eletrônica	Origem	Destino	Status 🛆
Nenhum regist	ro encontrad	lo				

2.3.9. Mandados: SITUAÇÃO REGULAR.

a. Expedidos e não lidos (Aguardando Retorno): 0 (zero);



b. Aguardando Análise de Decurso de Prazo: 0 (zero);





Poder Judiciário do Estado do Paraná

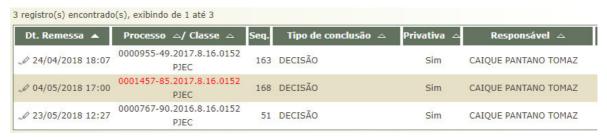
2.3.10. Livros de Depósitos Judiciais no PROJUDI: SITUAÇÃO REGULAR

A Secretaria cadastra os depósitos judiciais junto ao Projudi. Processos analisados: 0001940-86.2015.8.16.0152, 0001947-78.2015.8.16.0152 e 0000314-61.2017.8.16.0152.

DETERMINAÇÃO: A Secretaria deverá exigir dos Bancos a relação completa e pormenorizada de todos os depósitos judiciais. Tal medida visa apurar a existência de importâncias depositadas por tempo excessivo e não levantadas, bem como resíduos de levantamentos já feitos. Para estes casos, determinar a imediata intimação dos titulares das respectivas contas judiciais, para efetuarem o levantamento de tais valores, expedindo-se o competente alvará judicial.

2.3.11. Conclusões: SITUAÇÃO REGULAR

- Verificaram-se 3 (três) expedientes conclusos ao Juiz Leigo, o mais antigo com data de 24.4.2018. **Citam-se:**



DETERMINAÇÃO: Constatado excesso de prazo na devolução dos processos pelo Juiz Leigo (acima de 10 - dez - dias, nos termos do item 17.2.5.3 do CN), observar o disposto na Resolução 04/2013 - CJES (art. 55 (...): "3° Em caso de descumprimento de prazo, o Secretário ou o servidor designado lavrará certidão informando o número dos autos e a data da remessa, intimando o juiz leigo para devolução do processo ou apresentação de justificativa para o excesso de prazo, em 10 (dez) dias.

\$4° Não havendo manifestação ou justificativa no prazo assinalado, ou, ainda, não ocorrendo a devolução dos autos com o respectivo parecer, será suspensa a distribuição de processos para o juiz leigo, sem prejuízo da aplicação da hipótese prevista no artigo 9°, II desta Resolução.") Deve, ainda, dar especial atenção à cobrança de processos que gozam de tramitação prioritária. Atente-se também que



há no sistema PROJUDI a possibilidade de "avocar" processos em carga com o Juiz Leigo de forma automática.

2.3.12. Suspensões de Processos: SITUAÇÃO REGULAR

Constatou-se que os processos suspensos analisados por amostragem apresentam a correlata determinação judicial. Processos: 0001537-49.2017.8.16.0152 e 0000183-86.2017.8.16.0152.

3. PROCESSOS ANALISADOS

3.1. - CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS: SITUAÇÃO REGULAR

Em diversos processos analisados se contatou morosidade no cumprimento das decisões judiciais, a exemplo: 0000045-90.2015.8.16.0152 (JECIV: mov. 174 e 175 - 1 (um) dia), 0000150-38.2013.8.16.0152 (JECRIM: mov. 125 e 126 - 3 (três) dias), 0000401-22.2014.8.16.0152 (JECRIM: mov. 66 e 67 - 2 (dois) dias), 0000052-48.2016.8.16.0152 (JEFAZ: mov. 45 e 46 - 7 (sete) dias), 0000181-82.2018.8.16.0152 (JEFAZ: mov. 23 e 24 - 2 (dois) dias). Atentar para o cumprimento das decisões judiciais dentro do prazo de 5 (cinco) dias.

3.2. - INTIMAÇÕES: SITUAÇÃO REGULAR

As intimações aos procuradores das partes são realizadas dentro do prazo, a exemplo dos processos n° 0000009-43.2018.8.16.0152 (JECIV: mov. 28 e 29 - 1 (um) dia), 0000045-90.2015.8.16.0152 (JECIV: mov. 164 e 165 - 1 (um) dia), 0000064-04.2012.8.16.0152 (JECIV: mov. 76 e 77 - 1 (um) dia), 0000062-58.2017.8.16.0152 (JECRIM: mov. 29 e 30 - 1 (um) dia), 0000063-43.2017.8.16.0152 (JECRIM: mov. 40 e 41 - 1 (um) dia), 0000052-48.2016.8.16.0152 (JEFAZ: mov. 29 e 30 - 1 (um) dia), 0000069-84.2016.8.16.0152 (JEFAZ: mov. 60 e 61 - 1 (um) dia), 0000181-82.2018.8.16.0152 (JEFAZ: mov. 15 e 16 - 1 (um) dia). As intimações aos procuradores das partes (via Projudi) em até vinte e quatro horas.

3.3. - ANÁLISE DE JUNTADAS: SITUAÇÃO REGULAR

Nos processos analisados constatou-se prazo regular para cumprimento de "análise de juntadas", a exemplo: 0000045-90.2015.8.16.0152 (JECIV: mov. 172 e 173 - 5 (cinco) dias), 0000061-



Poder Judiciário do Estado do Paraná

30.2004.8.16.0152 (JECIV: mov. 49 e 50 - 4 (quatro) dias), 0000064-04.2012.8.16.0152 (JECIV: mov. 74 e 75 - 5 (cinco) dias), 000062-58.2017.8.16.0152 (JECRIM: mov. 6 (seis) dias), 0000063-43.2017.8.16.0152 (JECRIM: mov. 33 e 34 - 1 (um) dia), 0000188-74.2018.8.16.0152 (JEFAZ: mov. 7 (sete) dias). Atentar-se para a realização deste ato em prazo de três dias.

3.4. - CONCLUSÕES E DEMAIS REMESSAS: SITUAÇÃO REGULAR

As conclusões e remessas ao Ministério Público são realizadas diariamente, a exemplo, processos nº 0000061-30.2004.8.16.0152, 0000064-04.2012.8.16.0152, 000062-58.2017.8.16.0152, 0000150-38.2013.8.16.0152.

3.5. - ATOS HOMOLOGADOS (JUIZES LEIGOS)

Verifica-se que a remuneração dos Juízes Leigos está de acordo com o artigo 8° , da Resolução n° 174/2013, do Conselho Nacional de Justiça.

3.6. - DEMAIS CONSTATAÇÕES:

- a. Deverá à Secretaria entrar em contato com o Departamento de Informática a fim de obter informações a respeito dos novos sistemas judiciais disponíveis.
- b. Atentar ao total cumprimento do Provimento nº 171, em relação às apreensões. Todas as apreensões devem conter obrigatoriamente as etiquetas de apreensões emitidas pelo PROJUDI, sem outro tipo de identificação. Deste modo, deverá a Secretaria revisar e regularizar a forma de armazenamento de todas as apreensões. Encaminhar imagens do local de armazenamento das apreensões.
- c. Nota-se que a Secretaria do Juizado Especial recebeu o aparelho celular para realizar intimações via "WhatsApp", bem como já as iniciaram, conforme determinações e recomendações constantes na Instrução Normativa Conjunta 1/2017;



Poder Judiciário do Estado do Paraná

- d. Deverá a Secretaria do Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública revisar todos os localizadores cadastrados a fim de apurar a real necessidade da sua utilização;
- **e.** Em amostragem de processos, observa-se que os estagiários assinam certidões, cuja prática é terminantemente proibida, em razão da ausência de sanções de natureza administrativo-disciplinar.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE SANTA MARIANA
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTA MARIANA - PROJUDI
Rua Des. Antonio Franco Ferreira da Costa, 61 - Santa Mariana/PR - CEP:
86.350-000 - Fone: (43) 3531-1141

CERTIDÃO

Autos nº. 0000009-43.2018.8.16.0152

CERTIDÃO

CERTIFICO nesta data, que os presentes autos foram

Certifico nesta data que, decorrido o prazo, a parte autora quedou-se silente, em cumprimento ao item II do r. despacho, faço dos autos conclusos ao Sr. Juiz Leigo.

Certifico nesta data que, decorrido o prazo, a parte autora quedou-se remetidos à Delegacia de Polícia local, conforme o despacho de Mov. 21.1.

Santa Mariana, 11 de maio de 2018.

Santa Mariana, 22 de maio de 2018.

Mayara Souza Garcia de Marco Estagiária Roberto de Castro Junior Estagiário

- f. Justificar as irregularidades nos seguintes expedientes:
- Processo n° 0000401-22.2014.8.16.0152: mov. 78 e 89 42 (quarenta e dois) dias paralisado;
- Processo n° 0000052-48.2016.8.16.0152: mov. 43 e 44 31 (trinta e um) dias paralisado;
- Processo n° 0000670-61.2014.8.16.0152: remetido ao arquivo sem a sentença de extinção e com diligencias pendentes (mov. 109 e 118). **Justificar e atentar-se doravante**.



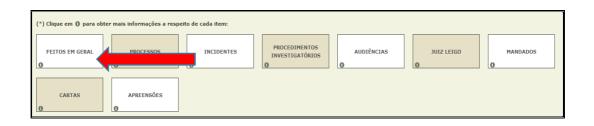
Poder Judiciário do Estado do Paraná

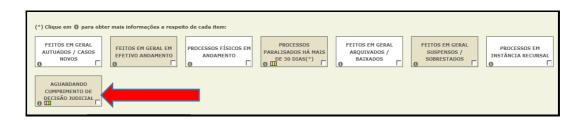
	Seq. ▼	Data	Evento	Movimentado Por
	119	04/08/2016 17:45:10	REGISTRO DE DEPÓSITO JUDICIAL Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO (29/02/2016 16:50:21)	Giovani Soares Fogare Estagiário
	118	04/08/2016 17:44:16	ARQUIVADO DEFINITIVAMENTE	Henrique Suter Correia Avelar Silva Técnico Judiciário
	117	04/08/2016 17:08:55	RECEBIDOS OS AUTOS Recebido do(a) DISTRIBUIDOR	SISTEMA PROJUDI
+	116	04/08/2016 17:08:55	JUNTADA DE ANOTAÇÃO DE BAIXA DEFINITIVA	Valdir Mazzi Maldi Junior Distribuidor
	115	26/07/2016 12:19:47	REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR Baixa	Henrique Suter Correia Avelar Silva Técnico Judiciário
	114	26/07/2016 09:16:07	RENÚNCIA DE PRAZO DE HAROLDO ROVER DA SILVA Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ (06/07/2016)	LUIZ GUSTAVO AMARAL Advogado
+	113	13/07/2016 15:55:22	JUNTADA DE CERTIDÃO	Henrique Suter Correia Avelar Silva Técnico Judiciário
	112	12/07/2016 16:21:01	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de HAROLDO ROVER DA SILVA) em 12/07/2016 com prazo de 30 dias *Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ (06/07/2016)	Guilherme Pontara Palazzio Advogado
	111	06/07/2016 15:34:38	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de HAROLDO ROVER DA SILVA com prazo de 30 dias - Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ (06/07/2016)	Henrique Suter Correia Avelar Silva Técnico Judiciário
+	110	06/07/2016 15:34:29	EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ Referente ao evento CONCEDIDO O ALVARÁ (29/06/2016 12:07:24)	Henrique Suter Correia Avelar Silva Técnico Judiciário
+	109	29/06/2016 12:07:24	CONCEDIDO O ALVARÁ	Juliano Batista dos Santos Magistrado

- Processo n° 0000680-08.2014.8.16.0152: mov. 85 e 86 - 68 (sessenta e oito) dias paralisado.

4. DETERMINAÇÕES, CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

4.1. Diariamente deverão ser consultados os comandados do Sistema Projudi (MESA ESCRIVÃO -> FEITOS EM GERAL -> AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE DECISÃO) e atentar para que os processos não permaneçam aguardando cumprimento de decisão há mais de cinco dias (art. 228 CPC);







Poder Judiciário do Estado do Paraná

- **4.2.** Atentar ao comandado (<u>PARALISADOS POR MAIS DE TRINTA DIAS</u>) evitar paralisações indevidas.
- 4.3. Requisitar informações aos juízos deprecados acerca das cartas precatórias enviadas e já com prazos vencidos. No tocante às cartas precatórias recebidas e com prazo já vencido, verificar pormenorizadamente cada caso e, se for a hipótese, efetuar a imediata devolução. Se não for hipótese de devolução, prestar as devidas comunicações ao juízo deprecante sobre o andamento. Consultar, com frequência, o relatório de Cartas Precatórias Eletrônicas, cuidando para que os feitos não fiquem sem movimentação regular. Cobrar as informações pertinentes e o cumprimento do ato deprecado dentro do prazo estipulado, nos termos do item 17.1.1.13 do Código de Normas. Adequar o prazo concedido para cumprimento com a finalidade da carta precatória. Por exemplo, o prazo de 30 (trinta) dias é demasiadamente exíguo para o cumprimento de carta precatória cuja finalidade é a fiscalização da suspensão condicional do processo, sendo acertado, para estes casos, conceder o prazo de 2 a 4 anos, a depender do prazo da suspensão. O mesmo se aplica em relação à transação penal. Na hipótese de o sistema não permitir dar o prazo necessário, a Secretaria deverá dar, ao menos, o prazo de 365 dias.
- 4.4. Atentar para os excessos de prazo, devendo advertir o Juiz Leigo, quando for o caso, de que há excesso de prazo (acima de 10 dias, nos termos do item 17.2.5.3 do CN), submetendo a questão ao Magistrado Supervisor. Deve, ainda, dar especial atenção à cobrança de processos com excesso de prazo e que gozam de tramitação prioritária. Está disponibilizado no sistema PROJUDI a possibilidade de "avocar" os processos em carga com o Juiz Leigo de forma automática;
- **4.5**. Certificar-se, no arquivamento do processo, de que não há nenhuma pendência, como por exemplo, cadastros nos localizadores que não foram baixados ou apreensões em aberto.



Poder Judiciário do Estado do Paraná

- **4.6.** Manter atualizados os registros de apreensões no si**te do** Conselho Nacional de Justiça, em consonância com a Instrução n $^{\circ}$ 04/10 do CNJ e Ofício Circular n $^{\circ}$ 110/10 da CGJ.
- 4.7. A elaboração da presente ata e o contato estabelecido pessoalmente em correição permitiram inferir que o serviço oferecido pelo Juizado Especial é desempenhado com boa qualidade, podendo aprimorar os resultados ao adotar novas rotinas de trabalho e divisão de tarefas.

A maior parte dos problemas encontrados, os quais foram relatados no decorrer desta ata, são formais, como por exemplo, cadastramentos em geral no sistema PROJUDI, o que por si só não maculam a prestação jurisdicional oferecida, todavia devem ser regularizados.

4.8. No mais, insta salientar que as considerações aqui repisadas constituem uma abordagem meramente sintética, devendo a Chefe de Secretaria reportar-se a todo conteúdo desta ata;

5. AO JUÍZO

- **5.1.** Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para que a Secretaria do Juizado Especial cumpra as determinações e regularize todas as falhas apontadas nesta ata, sob a supervisão do douto Juiz de Direito, independentemente de adoção de outras medidas administrativas.
- **5.2.** O relatório circunstanciado, o qual deverá ser encaminhado no referido prazo à Corregedoria Geral da Justiça pelo Juízo, deverá estar acompanhado da certidão lavrada pela Secretaria, dando conta do cumprimento das determinações, de acordo com o disposto no CN 1.13.65.
- 5.3. Os documentos deverão ser remetidos pelo sistema Mensageiro, diretamente para a Seção de Correições e Inspeções da Corregedoria-Geral da Justiça.





- **6.1.** À Divisão de Cadastro e Controle de Atos Normativos do Departamento da Corregedoria Geral da Justiça DCJ-DCCAN;
- **6.2.** À Seção de Inspeções e Correições da Corregedoria (GCJ-GJACJ-AC-IC) para os devidos fins;

7. ENCERRAMENTO

Anotadas todas as ponderações realizadas pelo Desembargador Mario Helton Jorge, Corregedor da Justiça, e pelo juiz auxiliar Dr. Marcos Vinicius Christo, foi lavrada a presente ata pelo Assessor Correcional Wellington Ricardo dos Santos Ribeiro.

DES. MÁRIO HELTON JORGE

Corregedor da Justiça